

Marinho, Alcyane; dos Santos, Priscila Mari; Moletta, Andréia Fernanda; Chaar Bahia, Mirleide; Alves, Cathia
Programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazerno contexto dos grupos de pesquisa nacionais da
área

Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 36, núm. 3, julio-septiembre, 2014, pp. 632-639

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

Jardim Botânico Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401334039005>



Revista Brasileira de Ciências do Esporte,

ISSN (Versão impressa): 0101-3289

rbceonline@gmail.com

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

Brasil



Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

www.rbceonline.org.br



ARTIGO ORIGINAL

Programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto dos grupos de pesquisa nacionais da área

Alcyane Marinho^{a,*}, Priscila Mari dos Santos^b, Andréia Fernanda Moletta^c,
Mirleide Chaar Bahia^d, Cathia Alves^e

^a*Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil*

^b*Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil*

^c*Instituição de Ensino Luterano de Santa Catarina, Joinville, SC, Brasil*

^d*Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Pará, Castanhal, PA, Brasil*

^e*Centro Universitário Herminio Ometto de Araras, Araras, SP, Brasil*

Recebido em 18 de outubro de 2012; aceito em 15 de julho de 2013

PALAVRAS-CHAVE

Lazer;
Grupos de pesquisa;
Intercâmbio
internacional;
Cooperação
internacional

KEYWORDS

Leisure;
Research groups;
International exchange;
International
cooperation

Resumo Este estudo objetiva mapear e descrever programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer, desenvolvidos por grupos de pesquisa (GP) brasileiros. Realizou-se investigação descritiva exploratória, com abordagem quantiquantitativa, em duas fases: 1) mapeamento dos GP em lazer cadastrados no CNPq; 2) contato com os representantes destes GP. Participaram 54 representantes de 211 GP. Nove apontaram o desenvolvimento destes programas por meio de relações com diferentes países. Os trabalhos em colaboração e os intercâmbios são as ações mais frequentes dos programas. Apesar de haver disparidade regional na distribuição dos GP, curta duração e execução de ações isoladamente, acredita-se que estes programas tenham propostas promissoras para o lazer, suscitando novas investigações.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

Exchange programs/international cooperation for leisure in the area of the national research groups context

Abstract The intent of this study is to map out and describe exchange programs/international cooperation for leisure developed by Brazilian research groups (GPs). We conducted a descriptive exploratory research with quantitative and qualitative approach. The study included 54 representatives of 211 leisure GP. Nine indicated the development of the aforesaid programs. Collaborative works and exchanges are the most frequent actions in these programs. Despite the regional gap in the distribution of the short-term GPs and in the execution of isolated actions, it is believed that these programs have promising proposals to the leisure, bringing about new investigations.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

* Autor para correspondência.

E-mail: alcyane.marinho@udesc.br (A. Marinho).

PALABRAS CLAVE

Ocio;
Grupos de investigación;
Intercambio
internacional;
Cooperación
internacional

Programas de intercambio/cooperación internacional en ocio en el contexto de los grupos de estudio nacionales del área

Resumen El objetivo de este trabajo es hacer una reflexión sobre los programas de intercambio/cooperación internacional en áreas de ocio llevados a cabo por grupos de investigación (GI) brasileños. Se hizo una investigación descriptiva exploratoria, con un enfoque cuantitativo-cualitativo. Participaron en el estudio 54 representantes de 211 GI en ocio. Nueve señalaron el desarrollo de los programas mencionados. Se observó que el ocio, entendido como una manifestación cultural en un sentido amplio, fomenta el interés de los investigadores de diversas áreas del conocimiento. Los GI mantienen relaciones con diferentes países. Aunque algunas acciones sean aisladas, y haya disparidad en la distribución regional de los GI, se considera que los programas internacionales en ocio puedan contribuir en el multiculturalismo y en la formación profesional en el área.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos los derechos reservados.

Introdução

As exigências impostas pela sociedade globalizada e que está em constante mudança, o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, a mobilidade de pessoas para diferentes países, entre outros fatores, vêm exigindo das instituições de ensino superior (IES) uma postura mais incisiva, cujas repercussões e impactos estejam além das questões locais. Desta forma, muitas universidades vêm desenvolvendo iniciativas para suprir as demandas do processo de internacionalização do ensino superior (Reppold Filho; Cardoso; Vaz, 2010).

Embora este não seja considerado um processo recente, pois, há alguns séculos, a internacionalização podia ser observada por meio de práticas de mobilidade acadêmica com motivação principal na busca pelo conhecimento, por exemplo, sua exploração teórica ainda é incipiente no cenário nacional, não existindo consenso na literatura que a defina. Nessa direção, observa-se que a palavra “internacionalização” é imbuída de múltiplos significados, relacionando-se a uma diversidade de termos e apresentando diversas fases de desenvolvimento (Duarte *et al.*, 2012).

A despeito desta inexistência de consenso, alguns autores preferem entender a internacionalização do ensino superior por meio de suas dimensões, ou seja, de suas diferentes formas de concretização (Knight, 2004; Morosini, 2011; Duarte *et al.*, 2012). Knight (2004) apresenta algumas destas dimensões: 1) atividades internacionais (mobilidade acadêmica; relações, parcerias e projetos; programas em nível de graduação e pós-graduação; e iniciativas de pesquisa); 2) provimento da educação superior para países distintos por meio de extensão de *campus*, franquias e educação a distância; 3) inclusão de uma dimensão intercultural ou global no currículo e no processo de ensino/aprendizagem; e 4) desenvolvimento de projetos internacionais com ênfase na educação superior como negócio.

Desta forma, o presente estudo se fundamentou nessa perspectiva, que tem como pressuposto que a internacionalização do ensino superior é um processo complexo de trocas internacionais que podem ocorrer por meio de um conjunto diferenciado de estratégias, ações e atores, com implicações socioeconômicas, políticas e culturais para to-

dos os envolvidos (Reppold Filho; Cardoso; Vaz, 2010; Duarte *et al.*, 2012). Neste contexto, destacam-se os programas de intercâmbio/cooperação internacional como possibilidades desse processo de internacionalização, compreendidas como sinônimas e caracterizadas por uma intervenção temporalmente determinada que permita a intercomunicação com os pares (professores, pesquisadores, alunos, etc.), o fortalecimento do trabalho em equipe, a construção de redes de troca de ideias e a formação de grupos de referências temáticas (Gatti, 2005).

Acredita-se que as políticas de internacionalização devam ser problematizadas e compreendidas com fundamentos conceituais e teóricos de diferentes áreas, devido à existência de um discurso informativo, pretensamente neutro e asséptico, contribuindo pouco para o entendimento deste processo, que, por sua vez, transcende o contexto universitário, ganhando, inclusive, dimensões de caráter mercantil (Lima; Maranhão, 2011).

A partir desses pressupostos, direciona-se a atenção à área temática do lazer, uma vez que seus programas de intercâmbios/cooperação internacional têm se mostrado significativos e promissores, especialmente pelas novas oportunidades de formação e aperfeiçoamento profissional em diferentes âmbitos e níveis (Gomes; Pinto, 2009; Marinho *et al.*, 2012). No entanto, verifica-se ausência de produção científica específica sobre o tema no contexto brasileiro, instigando o debate sobre este assunto, especialmente pela crescente visibilidade do lazer nos últimos anos (Marinho *et al.*, 2011).

O lazer, compreendido como um fenômeno gerado historicamente, está sendo considerado como importante dimensão da cultura em estreita relação com as necessidades e obrigações da vida cotidiana, além de ser foco constante de vivências, pesquisas e intervenções sob diferentes abordagens (Gomes, 2004; Marcellino, 2006). Marinho *et al.* (2011) enfatizam as diferentes perspectivas de discussão sobre o lazer e sua crescente inclusão no meio acadêmico, ao constatarem 211 grupos de pesquisa (GP) em lazer no Brasil, atrelados a distintas áreas do conhecimento, como à Educação Física, ao Turismo, à Psicologia, ao Serviço Social, entre outras, a partir de um levantamento realizado em 2010 na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com base nessas considerações, os programas de intercâmbios/cooperação internacional em lazer se justificam, uma vez que as aproximações entre diferentes povos e as trocas de conhecimento fortificam ainda mais a relevância do lazer, como objeto de estudo. No contexto desta área temática, nota-se que parte significativa destes programas está sendo operacionalizada por GP brasileiros, os quais, geralmente, estão cadastrados na base de dados do CNPq, por meio da Plataforma Lattes (Marinho *et al.*, 2012). Os dados ali inseridos são frequentemente utilizados para a formulação de políticas de incentivo e de fomento pelas agências acadêmicas, além de servirem como possibilidade de intercâmbio aberto, no qual diversas pessoas podem consultar informações sobre determinado grupo e estabelecerem contato com pesquisadores do mesmo (Kokubun, 2003; CNPq, 2012a).

Desta forma, a base de dados do CNPq agrega um grande volume de informações acadêmicas, sendo referência para a comunidade científica e comumente utilizada como fonte de dados para o desenvolvimento de estudos com os mais diversos enfoques (Tavares *et al.*, 2009; Teixeira; Marinho, 2010; Nascimento *et al.*, 2011; Borges *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, a presente investigação também se utilizou desta base para subsidiar a busca de informações necessárias à compreensão descritiva dos GP em lazer no Brasil, no contexto dos programas de intercâmbio/cooperação internacional, foco central desta pesquisa. Assim, este estudo tem como objetivo mapear e descrever estes programas, especificamente relacionados ao lazer, no contexto dos GP nacionais da área.

Materiais e métodos

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma investigação descritiva exploratória com abordagem quantitativa, organizada em duas fases: inicialmente, efetuou-se um mapeamento dos GP em lazer no Brasil. Para tanto, foi acessado o *site* do CNPq e o *link* que direcionava ao *site* da Plataforma Lattes. Nesta Plataforma foi acessado o *link* “Consultar base corrente” do Diretório de Grupos de Pesquisa. Clicou-se na opção “Grupos” e, no campo de consultas, foi inserida a palavra-chave “lazer”, sem a utilização de filtros. Este procedimento foi realizado uma única vez durante o dia 17/12/2010, possibilitando a visualização de uma lista com 211 GP cadastrados nesta base, com o referido termo, e permitindo o acesso às informações de cada um deles. Na segunda fase, cujos resultados estão sendo apresentados neste trabalho, todos os líderes e vice-líderes dos GP mapeados foram contatados via *e-mail*, e, de acordo com sua disponibilidade e interesse, responderam a um questionário, contendo perguntas mistas referentes a esta fase de aprofundamento temático.

Dentre os 338 pesquisadores contatados, 60 responderam o questionário, mas seis destes não fizeram parte da amostra, pois responderam menos de 50% das questões e/ou pelo fato de o líder do GP também o ter respondido, deixando-a com 54 participantes. Todos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É pertinente destacar que, seguindo as orientações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas

com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), protocolo nº. 239/2010.

As informações coletadas foram analisadas por meio da estatística descritiva, utilizando-se o *software* SPSS versão 17, no que se refere à abordagem quantitativa. Por sua vez, as informações qualitativas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Inicialmente, os dados foram organizados no *software* NVivo 9.2. A partir disto, foram elaboradas categorias de análise seguindo as orientações de Bardin (2011), que norteiam esta técnica.

Resultados e discussão

Verificou-se que 45 pesquisadores exercem a função de líderes e nove a de vice-líderes em 54 GP em lazer do Brasil. Entretanto, constatou-se que apenas nove destes representantes afirmaram haver programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto dos GP que lideram. Identificou-se que estes grupos estão vinculados a IES e distribuídos em regiões específicas do país, conforme apresenta a tabela 1.

Observa-se que os GP estão centralizados nas IES de caráter público, mantidas pelo governo federal (n=6) ou estadual (n=2) e distribuídos nas regiões Sudeste (n=6), Nordeste (n=2) e Sul (n=1) do país. Estes resultados vão ao encontro das informações dispostas na base corrente do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil referentes a um mapeamento geral da distribuição dos GP realizado no ano de 2008, no qual, dentre os 22.797 grupos que estavam registrados no sistema, 49% se encontravam na região Sudeste (CNPq, 2012b). Diante disso, era esperado que os intercâmbios de estudantes brasileiros para o exterior também fossem originários prioritariamente dessas regiões. De acordo com Morosini (2011), mais de 50% dos bolsistas brasileiros financiados pela CAPES/CNPq que estudavam no exterior em 2007, eram oriundos do Sudeste do país.

As disparidades regionais verificadas entre os GP brasileiros poderiam ser explicadas pelos indicadores socioeconômicos das regiões Sudeste e Sul, além dos avanços científicos, da elevada concentração de cursos de graduação e da consolidação de programas de pós-graduação

Tabela 1 Distribuição institucional e regional brasileira dos GP em lazer que desenvolvem programas de intercâmbio/cooperação internacional nesta área temática.

GP em lazer	IES	Região brasileira
1	Federal	Sudeste
2	Estadual	Sudeste
3	Federal	Sudeste
4	Federal	Sul
5	Federal	Nordeste
6	Estadual	Sudeste
7	Federal	Sudeste
8	Privada	Sudeste
9	Federal	Nordeste

das universidades dessas regiões (Nascimento *et al.*, 2011; Borges *et al.*, 2012). Na área da Educação Física, por exemplo, verifica-se que os programas de pós-graduação estão predominantemente inseridos em IES do Sul e do Sudeste, influenciando diretamente o número de GP neste sistema (Kokubun, 2003; Nascimento *et al.*, 2011).

É pertinente destacar que o Brasil apresenta, em seu território, diferenças socioeconômicas significativas. Algumas regiões são mais privilegiadas por aspectos naturais e por políticas de investimento em infraestrutura, promovendo avanços de diferentes níveis, inclusive educacionais. Contudo, é preciso apontar que seria ingênuo acreditar que as regiões Sul e Sudeste estão isentas de problemas considerados característicos da região Nordeste, como locais de pobreza e exclusão social, justamente porque estes ocorrem em todas as regiões do país. Desta forma, faz-se necessário romper este paradigma, refletindo sobre as questões que envolvem o processo de internacionalização do ensino superior à luz das contradições existentes no cenário nacional.

Neste sentido, o fato de a região Nordeste, assim como as regiões Sul e Sudeste do país, estar efetivamente envolvida com os programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer se mostra positivo quando se considera a abrangente cultura brasileira inserida no contexto da vasta extensão territorial do país, pois pode possibilitar a disseminação cultural. Para Gomes (2004), associar o lazer à cultura ressalta a importância de aprofundar conhecimentos sobre esta última, a qual constitui um campo de produção humana, sendo o lazer uma de suas dimensões. Assim, especificamente nesta área, a cultura pode instituir uma expressiva possibilidade para se entender o lazer em nossa realidade histórico-social.

Os programas internacionais em lazer podem fortalecer-se como elemento da cultura que sempre existiu, especialmente por suas possibilidades de trocas e de aproximações entre brasileiros e outros povos (Marinho *et al.*, 2012). A tabela 2 apresenta estes diferentes povos, por meio dos países envolvidos com os programas já citados, além de destacar as principais características de tais programas. Percebe-se que os GP em lazer estão desenvolvendo programas internacionais de diferentes tipos por meio de ações com países da América do Norte, da América Latina, da Europa, da Ásia e da Oceania.

O envolvimento brasileiro com países distintos pode contribuir para o processo de multiculturalismo - fenômeno que ocorre por meio da interação constante de pessoas de origens étnicas e culturais diversificadas, sendo discutido por Lima e Maranhão (2011) como possibilidade decorrente do processo de internacionalização. De acordo com as autoras, a organização das IES embaixadas nos arranjos multiculturais constitui um dos argumentos que também justifica a internacionalização. Assim, os programas de intercâmbio/cooperação internacional, como iniciativas da mesma, devem atrelar a valoração do multiculturalismo. No entanto, as mesmas autoras salientam que ações de internacionalização podem também contribuir para um processo de multiculturalismo desengajado, ou seja, detentor de tipos específicos de cultura (a dos países do centro da economia do mundo).

A partir da análise crítica de relatórios e artigos sobre o sistema de internacionalização vigente, Lima e Maranhão (2011) apontam que os países que mais recebem intercambistas incluem os Estados Unidos como principal território

hospedeiro; o Reino Unido, a Alemanha e a França, em segunda ordem; e a Austrália e o Canadá como um terceiro grupo em crescimento. Segundo as autoras, tal cenário poderia ser explicado pelo poder político e econômico desses países e pela emergência e amadurecimento dos programas de pós-graduação com a mediação do Estado de países da América Latina.

Nesse sentido, contrariamente ao esperado, não se tem observado, em processos de internacionalização do ensino superior, a concretização da promoção da diversidade cultural, mas, sim, a defesa de uma forma particular de cultura, legitimando-se por meio da padronização de currículos, dos idiomas e das experiências culturais, concretizadas nas abordagens priorizadas, na imposição de leituras e publicações em inglês, entre outros. Ou seja, a educação atual, por meio da mobilidade docente e discente, tornou-se uma forma acessível do domínio cultural, suprimindo as subjetividades e acomodando-as ao sistema de produção capitalista (Lima; Maranhão, 2011).

Apesar de a atenção ainda estar centrada nos países desenvolvidos, Silva (2007) aponta que se as ações de cooperação internacional forem estabelecidas de forma equitativa entre os diferentes países, privilegiando o diálogo, a negociação, e a decisão conjunta, inclusive compartilhando-se os custos. Pode haver ganhos tanto para os países desenvolvidos como para aqueles em desenvolvimento, inclusive no que se refere à disseminação cultural destes últimos. Desta forma, são abertas janelas de oportunidades para os países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, haja vista as possibilidades de reforço político e de criação e estreitamento de boas relações com outros países.

No entanto, países em desenvolvimento também correm riscos em cooperar no que concerne à perda de liberdade de ação e à criação de dependências, por exemplo. Em contrapartida, os países desenvolvidos podem do mesmo modo se beneficiar da cooperação no sentido de continuarem garantindo suas lideranças políticas, socioeconômicas e culturais, mas igualmente correm riscos, como o de transferir tecnologia "indesejada" e o de contribuir involuntariamente para a criação ou o fortalecimento de futuros competidores (Silva, 2007).

Por isso, os acordos e convênios estabelecidos entre IES de países distintos geralmente trazem cláusulas de propriedade intelectual, e há respeito mútuo, porque os envolvidos confiam uns nos outros e entram em cooperação, motivados pela possibilidade de ganhos (Silva, 2007). Nessa direção, acredita-se que, da mesma forma, seria possível haver benefícios em termos de multiculturalismo, aqui especialmente referente à promoção da diversidade cultural brasileira, por meio dos programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer.

Assim, pode-se observar que, no caso destes programas, as trocas brasileiras não estão restritas aos países centrais. Israel, Colômbia e outros países da América Latina, por exemplo, estão incluídos nas ações dos poucos programas internacionais em lazer constatados. Não se pretende aprofundar as questões políticas e econômicas vinculadas ao processo de internacionalização, tão pouco desconsiderá-las como questões atreladas ao desenvolvimento da multiculturalidade a partir dos programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer, contudo, é preciso enfatizar as particularidades destes últimos.

Tabela 2 Características dos programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer desenvolvidos por GP nacionais da área.

GP	Tipo de programa	Países	Duração	Envolvimento pessoal	Envolvimento institucional
1	Ação específica de intercâmbio de professor	Nova Zelândia	10 dias	Pesquisadores interessados; Iniciativa do grupo	Apoio do programa de pós-graduação
2	Programa de intercâmbio científico internacional	Israel; Canadá	3 anos; 1 mês	Pesquisadores interessados; Iniciativa do grupo	Apoio do programa de pós-graduação; Eventual formalização de convênios via instituição
3	Programa de cooperação internacional	Países da América Latina (ex: Colômbia)	5 anos	Pesquisadores interessados	Apoio da Diretoria de Relações Internacionais; Editais institucionais
4	Programa de intercâmbio; e ações de cooperação internacional	Espanha; Portugal	2 anos; 1 ano	Iniciativa do grupo para as ações de cooperação	Editais institucionais; Editais via <i>Fundación</i> Carolina e Erasmus
5	Programa de relações internacionais	Alemanha, França, Portugal e Espanha	Há mais de 30 anos	-	Editais públicos de agências nacionais e internacionais, como CAPES e CNPq e Programa Erasmus
6	Ação específica de cooperação internacional	Canadá	1 ano	Iniciativa exclusiva dos líderes do grupo	Parceria com o Ministério do Esporte
7	Programa de cooperação internacional	Espanha	2 anos	-	Convênio via instituição; Edital CAPES/PAEP; Editais de bolsas de doutorado e iniciação científica
8	Ações de cooperação internacional	Portugal	2 anos	Iniciativa pessoal	Apoio financeiro via instituição; Financiamento via editais do CNPq e do Ministério do Esporte
9	Programa de intercâmbio científico internacional	França	1 ano	Professores e grupos de pesquisa interessados	Apoio institucional; Edital CAPES/COFECUB

Além deles, Canadá, Nova Zelândia, Alemanha, França, Portugal e Espanha também estão envolvidos com o Brasil por meio das ações dos programas internacionais em lazer. Os tipos de ações dependem dos tipos de programas operacionalizados pelos GP. Conforme pode ser observado na tabela 2, no contexto dos GP 1, 6 e 8, não se tratam especificamente de programas estruturados e consolidados para a realização de intercâmbios, mas sim de ações de cooperação internacional específicas, organizadas por pesquisadores e professores interessados, as quais podem encontrar apoio financeiro e/ou logístico na instituição, na qual o GP está inserido ou, ainda, contar com algum outro tipo de envolvimento de órgãos e agências de fomento nacionais e internacionais.

Apesar disso, Gatti (2005) aponta que o intercâmbio científico se processa por vários mecanismos como estágios, visitas de professores, desenvolvimento de projetos interinstitucionais, participações em redes de pesquisadores em temas correlatos, congressos, dentre outros. Ademais, Morosini (2011) salienta que a produção conjunta de conhecimento é a forma mais elaborada de cooperação internacional, pois antes da realização dessa produção é necessário que outros laços tenham sido construídos para que existam equipes de ambos os lados para a realização de um projeto de pesquisa, por exemplo.

Nesse sentido, percebe-se que, de alguma maneira, os grupos citados anteriormente estão desenvolvendo diferentes modalidades de intercâmbio/cooperação internacional em lazer, tornando-se relevante para o processo de internacionalização desta área temática. Embora geralmente esses programas sejam fomentados por meio de acordos internacionais estabelecidos entre IES, o que acontece frequentemente em todo o mundo (Reppold Filho; Cardoso; Vaz, 2010), no caso dos GP 1, 6 e 8, percebe-se que a simples assinatura de um acordo institucional pode não ser suficiente para o desenvolvimento de ações internacionais.

Conforme destacam Pereira e Medeiros (2011), quando se remete ao ensino superior, o termo universidade constantemente vem à tona para todas as ações em que os docentes estão envolvidos. No entanto, existe uma disparidade entre as IES e as diferentes regiões do país, fazendo com que seja criado um rol de distintas realidades educacionais, com formas de organização, áreas de trabalhos, interesses, abrangência, estrutura e formas de financiamento diversificadas. Assim, em muitas situações, faz-se necessário o desenvolvimento de relacionamentos informais entre membros da instituição para que ações de cooperação internacional possam ser efetivadas e para que novas formas de acordos, convênios e de incentivo e respaldo institucional sejam estimuladas (Duarte *et al.*, 2012).

Por outro lado, os docentes também podem encontrar dificuldades para manter seus relacionamentos com professores de instituições estrangeiras quando não encontram apoio na IES em que estão inseridos ou das diferentes agências de fomento, tais como CAPES e CNPq (Duarte *et al.*, 2012). Silva (2007) ressalta que a cooperação internacional requer barganha para se alcançar um acordo, e, neste processo, todos os parceiros tentam maximizar seus interesses. Assim, consumir um acordo e sustentá-lo até o final do programa é uma tarefa árdua.

Talvez por isso, os programas internacionais em lazer sejam relativamente recentes (com exceção do programa do GP 5, todos são desenvolvidos há menos de cinco anos) e em pequeno número. Apesar de o GP 2, por exemplo, desenvolver um programa de intercâmbio científico com pesquisadores de Israel durante três anos, no momento das coletas da presente pesquisa, estava estruturando uma nova parceria com pesquisadores do Canadá. O representante deste GP informou já ter sido formalizado convênio entre instituições, mas que as ações de seu programa geralmente partem de interesse pessoal, encontrando apoio nos programas de pós-graduação. Nesse sentido, Silva (2007) aponta que as parcerias bem-sucedidas motivam a realização de outras, mais audaciosas, exigindo mais conhecimento, trabalhos mais elaborados e compartilhamento equitativo de financiamentos.

Nessa direção, destaca-se o programa consolidado de cooperação internacional em lazer operacionalizado há mais de 30 anos pelo GP 5 e efetivado especificamente a partir de editais de órgãos de fomento nacionais e de acordos de cooperação internacional. O programa mantém relações com Alemanha, França, Portugal e Espanha, tendo como foco o desenvolvimento de estudos, pesquisas e programas relacionados à formação de professores, em especial daqueles vinculados à Educação Física. Iniciativas deste teor podem ser apontadas como estratégias coletivas de resistência e mudança social, em busca da promoção do conhecimento e da diversidade.

No que se refere exclusivamente aos “envolvimentos institucionais” dos programas investigados, observa-se que não apenas as agências de fomento nacionais mais reconhecidas, como a CAPES e o CNPq, estão sendo utilizadas para financiamento e apoio destas iniciativas. Agências e programas específicos de apoio à mobilidade e à cooperação internacional como o Programa ERASMUS (grupos 4 e 5) e a *Fundación Carolina* (grupo 4), e outros órgãos de fomento, como o Ministério do Esporte (grupos 6 e 8) têm sido fundamentais para a viabilização das ações dos programas dos grupos citados. Segundo Nascimento *et al.* (2011), programas e políticas desse teor podem possibilitar novas alianças entre pesquisadores, em busca de recursos financeiros, conhecimento acadêmico e credibilidade.

Entretanto, voltando-se o olhar exclusivamente aos “envolvimentos pessoais” desses programas, fica evidente que a iniciativa dos professores e pesquisadores são determinantes para a cooperação internacional em lazer. De acordo com Silva (2007), cada parceiro traz para a cooperação o que sabe fazer de melhor, agregando funções, sendo cada um deles corresponsável pelo sucesso das ações desenvolvidas. Nesta direção, Duarte *et al.* (2012) salientam que o processo de internacionalização das IES depende tanto dos acordos formais estabelecidos pela própria

instituição quanto dos acordos informais estabelecidos pelos docentes a partir de suas redes de relacionamentos interpessoais.

Black (2004) apresenta uma pesquisa que reflete sobre o processo de internacionalização, apontando como inquestionável o fato de os relacionamentos interinstitucionais bem-sucedidos dependerem significativamente de representantes das instituições e seu compromisso pessoal com as alianças internacionais. Na mesma perspectiva, Shader (2007) destaca a capacidade de compreensão e a influência nas relações interpessoais como uma das características fundamentais relacionadas aos aspectos pessoais que têm impacto significativo no sucesso da cooperação acadêmica.

Pode-se argumentar, então, que, no caso dos programas internacionais em lazer, o equilíbrio entre o envolvimento pessoal dos docentes e o envolvimento institucional pode ser o ponto-chave para a criação de um ambiente propício para a ampliação e o aprofundamento dessas iniciativas. A inter-relação entre instituição, recursos humanos e órgãos de fomento parece ser essencial para o desenvolvimento de diferentes programas na área temática do lazer, considerando-se o contexto internacional. As iniciativas que já vêm sendo desenvolvidas por meio dos programas aqui investigados estão listadas na tabela 3 acompanhadas do número de GP que as executam.

Nota-se que as ações de participação em eventos científicos (n=8) e de realização de trabalhos em colaboração (n=7) são desenvolvidas na maioria dos programas. Silva (2007) salienta que ações de colaboração, as quais geralmente implicam em um ator principal com membros coadjuvantes, se bem-sucedidas, podem evoluir para cooperação que se dá por meio de trabalho equitativo com benefícios para todos. A colaboração também é uma forma de trabalho internacional em conjunto importante para a internacionalização, mas para o autor a cooperação é a alternativa mais eficiente para o alcance de objetivos comuns no mundo globalizado.

As ações que envolvem as diferentes modalidades de intercâmbios também são frequentes nos programas internacionais em lazer (n=6). Apesar dessas ações e das anteriormente citadas estarem sendo mais exploradas, nota-se que variadas iniciativas estão sendo desenvolvidas pelos GP. Este fato pode estar relacionado às distintas áreas atreladas aos mesmos: três estão vinculados à Educação Física, três ao Turismo, dois à Educação e um à História, o que além de contribuir para o processo de internacionalização do lazer, permite enfatizá-lo como um campo de estudos complexo e multidisciplinar.

Nesta direção, Reppold Filho, Cardoso e Vaz (2010) evidenciam que, no contexto atual, a internacionalização do ensino superior contempla um amplo repertório de possibilidades e ofertas diversificadas. Para o representante do GP 2: “*As perspectivas de intercâmbio representam excelentes oportunidades de crescimento interno dos grupos envolvidos, além de projetar o nome dos laboratórios e das instituições em níveis externos, revigorando a troca de conhecimento científico.*” Ou seja, programas de intercâmbio/cooperação internacional, em determinadas áreas, também podem representar uma alternativa fértil para alavancar o desenvolvimento científico.

Tabela 3 Ações desenvolvidas pelos programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto do GP da área.

Ações	Frequência de GP que desenvolvem
Estabelecimento de redes	6
Intercâmbio de alunos de graduação ou pós-graduação	6
Intercâmbio de pesquisadores e professores para realização de pós-doutorado	6
Capacitação de professores	1
Assessoria e consultoria (desenvolvimento do currículo)	1
Participação em eventos científicos e reuniões de especialidade dos pesquisadores	8
Visitas por meio de intercâmbios institucionais	6
Visita de professor para lecionar disciplinas ou ministrar aulas	2
Realização de trabalhos em colaboração (pesquisas e outros)	7
Elaboração ou editoração de materiais didáticos e revistas científicas	2
Organização de eventos	2

Conclusões

O propósito de mapear e descrever os programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto dos GP nacionais da área se apresentou como um grande desafio, abrindo possibilidades para um universo de situações, de certa forma, inovadoras no contexto brasileiro. Destaca-se a emergência do tema, atrelada à escassez de literatura específica, como alavancas motivacionais para a realização deste estudo, o qual pretendeu transcender a concepção limitada e estática de intercâmbio/cooperação internacional, muitas vezes disseminada pelo senso comum. Acredita-se que este processo deva ser compreendido como um processo dinâmico, sensível às realidades e necessidades de todos os atores envolvidos, ainda que nem sempre tenha a força propulsora que transita entre recursos humanos, financeiros, políticos e outros.

As constatações que foram aqui descritas, como a disparidade na distribuição regional dos GP em lazer que desenvolvem programas de intercâmbio/cooperação internacional na área; a duração, muitas vezes curta, das ações destes programas; e o desenvolvimento das mesmas de forma isolada e desconectadas da realidade acadêmica e cultural nas quais se encontram suscitam novas investigações. As discussões envolvendo o multiculturalismo e os aspectos políticos e socioeconômicos atrelados à internacionalização, igualmente, devem ser mais bem debatidos no contexto de sua complexidade, cujos limites deste artigo não possibilitaram. Conclui-se que os aspectos elucidados nesse estudo permitem evidenciar a existência de propostas atuais, desafiadoras e promissoras no que se refere ao processo de internacionalização da área temática do lazer.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Black, K. A review of factors which contribute to the internationalisation of a programme of study. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, Oxford, v. 3, n. 1, pp. 5-18, maio 2004.
- Borges, L.J. et al. Grupos de pesquisa sobre atividade física e envelhecimento no Brasil. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 144-120, abr. 2012.
- Conselho Nacional De Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. *Diretório de Grupos de Pesquisa*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 05 out. 2012a.
- _____. *Súmula estatística: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Súmula 2008. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/censos/>>. Acesso em: 08 out. 2012b.
- Duarte, R.G. et al. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 343-370, mar. 2012.
- Gatti, B. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 124-181, set./dez. 2005.
- Gomes, C.L. Lazer - concepções. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 120-125.
- Gomes, C.; Pinto, L. O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: Gomes, C.L.; Osorio, E.; Pinto, L.; Elizalde, R. (Org.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 68-122.
- Knight, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, Standford, v. 8, n. 1, p. 5-31, mar. 2004.
- Kokubun, E. Pós-graduação em Educação Física no Brasil: indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 9-26, jan. 2003.
- Lima, M.C.; Maranhão, C.M.S.A. Políticas curriculares de internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011.
- Marcellino, N.C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- Marinho, A. et al. Grupos de pesquisa em lazer e intercâmbios internacionais. *Licere*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-21, set. 2011.

- _____. Grupos de pesquisa em lazer no Brasil: um panorama da formação e da atuação dos líderes e dos vice-líderes. In: Seminário "O lazer em debate", 13., 2012, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 54-60.
- Morosini, M.C. Internacionalização na produção do conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011.
- Nascimento, J.V. et al. Grupos de pesquisa em cursos de Educação Física com pós-graduação "strictu sensu" no Brasil: análise temporal de 2000 a 2008. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 607-617, out./dez. 2011.
- Pereira, E.F.; Medeiros, C.C.C. Metodologia do ensino superior nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Física no Brasil: a formação docente em questão. *Movimento*, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 165-183, out./dez. 2011.
- Reppold Filho, A.R.; Cardoso, L.T.; Vaz, M.A. A Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a internacionalização da educação superior. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. esp., p. 217-238, 2010.
- Shader, M. *Concept of an organizational model for multilateral academic cooperation - in the context of the development of a european higher education area*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração de Empresas, Universidade Mannheim, Mannheim, 2007.
- Silva, D.H. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 5-28, jan./jun. 2007.
- Tavares, G.H. et al. Gestão do lazer: os grupos de pesquisa em foco. *Motriz*, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 470-480, jul./set. 2009.
- Teixeira, F.A.; Marinho, A. Atividades de aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. *Motriz*, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 536-548, jul./set. 2010.